



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

126
2

075

APELAÇÃO CÍVEL Nº 193694-3

APELANTE: Manoel Ferreira de Paiva

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

EMENTA - ADMINISTRATIVO. PENA DE CONFISSÃO NÃO APLICADA. EXTINÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO. DANO MORAL E MATERIAL INEXISTENTES. RECURSO IMPROVIDO.

R
5532

Oliver

1. Não há que se falar em pena de confissão do ente estatal. A matéria em questão é unicamente de direito, sem necessidade da produção de provas. Ademais, o Estado de Pernambuco se fez presente no processo, contestou a ação (fls. 27/33) e apresentou suas contra-razões de apelação (fls. 98/102). De modo que não restou caracterizada a confissão da parte ré.
2. Com base nas denúncias e diante das evidências, o Tribunal Pleno resolveu, por unanimidade, extinguir o serviço voluntário. A atitude do Tribunal não feriu a integridade moral dos ex-agentes, pois tiveram seus nomes resguardados. Nem mesmos àqueles agentes que tinham antecedentes criminais tiveram suas identidades expostas. Posto isso, não resultou em dano moral o ato que determinou a extinção do serviço voluntário.
3. O autor não logrou êxito em comprovar as despesas na forma imposta pela Lei nº 9.608 de 1998.
4. Recurso conhecido e improvido. À unanimidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

127
2
076

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 193694-3, sendo **Apelante Manoel Ferreira de Paiva e Apelado o Estado de Pernambuco**. Acordam os Desembargadores que compõem a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer o presente recurso, em preliminar acolher a prescrição das verbas anteriores a 09 de maior de 1997 e, no mérito, negar-lhe provimento por entendê-lo totalmente improcedente, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de 01 de 2010


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

119
077

APELAÇÃO CÍVEL Nº 193694-3

APELANTE: Manoel Ferreira de Paiva

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença monocrática, que julgou improcedente a ação ordinária de Perdas e Danos Materiais e Morais impetrada por **Manoel Ferreira de Paiva**, a fim de ser ressarcido dos valores gastos no desempenho de sua função de ex-agente voluntário do serviço de proteção e defesa à criança e ao adolescente, bem como, pelos danos morais sofridos no momento de seu afastamento.

Em suas contra-razões de Apelação o Estado de Pernambuco sustentou que o pleito do autor não encontra nenhum amparo legal. Ademais, afirmou que o ato que extinguiu o serviço de proteção à criança e ao adolescente, obedeceu a mais estrita legalidade.

É o Relatório. À douta revisão.

Recife, 27 de Outubro de 2009.


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

128
✓
078

APELAÇÃO CÍVEL Nº 193694-3

APELANTE: Manoel Ferreira de Paiva

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo


ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

VOTO

Cumprе ressaltar, antes de adentrar no mérito da questão, que o autor, em suas razões de apelação, pugnou pela aplicação da pena de confissão do Estado de Pernambuco, ante a sua ausência injustificada na audiência de instrução. No mérito, pugnou pela reforma da decisão monocrática.

In casu, observo que não há que se falar em pena de confissão do ente estatal. A matéria em questão é unicamente de direito, sem necessidade da produção de provas. Ademais, o Estado de Pernambuco se fez presente no processo, contestou a ação (fls. 27/33) e apresentou suas contra-razões de apelação (fls. 98/102). De modo que não restou caracterizada a confissão da parte ré.

No mérito, melhor sorte não assiste ao apelante.

 É notório que cabe ao autor comprovar as suas alegações. *In casu*, as provas carreadas aos autos não foram capazes de comprovar os danos morais e materiais supostamente sofridos por ele.

Exsurge dos autos que o autor era agente voluntário do serviço de proteção à criança e ao adolescente, vinculado a este E. Tribunal de Justiça. Ocorre que, mediante denúncias contra vários agentes voluntários, o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

129
2
079

então Presidente desta Corte de Justiça, o Desembargador Etério Galvão, resolveu extinguir o citado serviço.

Pesava sobre os agentes voluntários, acusações de práticas criminosas tais como: porte ilegal de armas, homicídios, assaltos e abuso de poder.

Com base nas denúncias e diante das evidências, o Tribunal Pleno resolveu, por unanimidade, extinguir o serviço voluntário. A atitude do Tribunal não feriu a integridade moral dos ex-agentes, pois tiveram seus nomes resguardados. Nem mesmos àqueles agentes que tinham antecedentes criminais tiveram suas identidades expostas. Posto isso, não resultou em dano moral o ato que determinou a extinção do serviço voluntário.

Assim, considerando que o Estado tem o poder/dever de garantir a ordem social, não poderia permitir que um serviço voltado para a proteção das crianças e adolescentes, fosse desempenhado por pessoas sem a devida qualificação.

Quanto ao pedido de indenização material pelos valores despendidos no desempenho da função de agente voluntário, o autor não logrou êxito em comprovar as despesas na forma imposta pela Lei nº 9.608 de 1998, que assim define o serviço voluntário:

du "Art. 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a Instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º - O prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário."

A administração pública pauta seus atos por princípios que fixam as diretrizes pelas quais o administrador deverá agir. De forma que, a Administração Pública possui limites e não pode fazer ou deixar de fazer algo de acordo com a vontade do governante, mas deverá obedecer a lei em toda a sua atuação.

Celso Antônio Bandeira de Mello diz: "é o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma: a consagração da idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei".

Portanto, **voto** pelo improvimento do recurso de Apelação, para manter a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 26 de 01 de 2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0193694-3
Apelante: Manuel Ferreira de Paiva
Advogado: Dr. Joselito Coelho Sampaio Júnior
Apelado: Estado de Pernambuco
Procurador: Dr. Emmanuel Becker Torres
MPPE: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba
Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo
Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação cível interposto contra sentença que julgou improcedente o pleito formulado na ação ordinária de perdas e danos de n.º 001.2002.010032-0, por meio da qual o ora apelante requer tanto o ressarcimento dos dispêndios realizados quando do desempenho da função de gerente voluntária do serviço de proteção e defesa à criança e ao adolescente quanto a indenização por danos morais suportados no momento de seu afastamento do referido serviço voluntário.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminente Relator, voto nos seguintes termos:

- () Não provimento do Reexame Necessário.
- () Não provimento do Reexame Necessário, prejudicado o voluntário.
- () Provimento do Reexame Necessário para:
- () Provimento Parcial do Reexame Necessário para:
- (X) Não provimento da Apelação.**
- () Povimento da Apelação.
- () Provimento Parcial da Apelação.

É como voto.

Recife,

26/ Janeiro / 2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor